



## PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1291/XII/4.<sup>a</sup>

Recomenda ao Governo que promova a abertura do procedimento de classificação do actual “Museu de Aveiro” para “Museu Nacional de Aveiro”

### Exposição de Motivos

O Museu de Aveiro foi fundado a 7 de Junho de 1912, por Decreto publicado no Diário do Governo, n.º 135, de 11-06-1912, p. 2075, no seguimento da classificação da igreja de Jesus, compreendendo o túmulo de Santa Joana, como Monumento Nacional, por Decreto de 16-06-1910, publicado no Diário do Governo n.º 136, de 23-06-1910, e do Decreto dos ministros Afonso Costa e José Relvas, de 23-08-1911.

Logo a partir desse ano (1912), o Governo chamou a si a instalação e conservação do museu, assumindo-se o Museu de Aveiro como instituição de carácter permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação, fruição e deleite da sociedade.

Já no presente século, o edifício foi alvo de uma profunda obra de remodelação e reestruturação (2006/2008) segundo projeto do conceituado arquitecto Alcino Soutinho, reabrindo no final de 2008, apresentando um discurso expositivo completamente renovado e potenciado pelo acréscimo de um novo volume contemporâneo, destinado a exposições temporárias de grande fôlego e eventos, ficando ainda dotado, para além de grandes áreas de reserva, de uma biblioteca especializada, uma loja qualificada e a valência de uma moderna e funcional cafetaria.



A sua igreja é considerada por Robert Smith e por Natália Ferreira-Alves, secundados por múltiplos autores, como um local de referência incomparável para o estudo histórico e artístico da talha nacional, levando António Manuel Gonçalves a designar o museu como “o museu do barroco nacional e o museu nacional do barroco”. É neste espaço que se manifesta a originalidade do barroco português com as “igrejas forradas de ouro”, ou seja, espaços onde se conjuga a talha dourada com o azulejo azul e branco – a “obra de arte total”.

Ao longo dos cem anos da sua existência, o Museu de Aveiro constituiu-se como depositário das relíquias de Santa Joana Princesa, património imaterial cultural de referência, padroeira da diocese, personagem real e representativa do humanismo renascentista português.

A devoção que sempre lhe foi consagrada – o feriado municipal da cidade de Aveiro é-lhe dedicado - e que ainda hoje permanece viva, ativa e transversal, levou a que, após a sua beatificação em 1693, fosse pedido ao rei D. Pedro II um novo sepulcro, cuja tipologia é única em Portugal, funcionando como um grandioso relicário. Obra que foi realizada, durante onze anos, segundo risco do arquiteto régio João Antunes, com recurso a um minucioso trabalho de embutidos de mármore policromos, provenientes de jazidas portuguesas.

O Museu de Aveiro é, no contexto nacional, uma referência paradigmática para o estudo dos edifícios e história monástica, para o estudo da pintura portuguesa “primitiva” (caso do retrato da Princesa Joana que é um verdadeiro “Tesouro Nacional”, integrado na lista de bens de interesse nacional publicada no Decreto n.º 19/2006 de 18 de Julho) e para o da arte barroca em Portugal, com um importante legado de encomendas régias, particularmente pintura e no período de D. João V (ex. Anunciação de Agostino Masucci), procedente de conventos e igrejas de Lisboa, sobretudo da Patriarcal e Mosteiro de São Vicente de Fora.

Único, é ainda o órgão ibérico do coro-alto, um órgão positivo acharoadado (1784) que, pelo seu singular mecanismo, também faz parte da lista de bens de interesse nacional, publicada



no Dec.Lei nº19/2006. As suas coleções integram património artístico de edifícios, maioritariamente religiosos, de Aveiro, aos quais soma o excecional núcleo remanescente do próprio Convento de Jesus (de origem nacional, espanhola, italiana, inglesa, francesa, flamenga e oriental) e acresce, como já referido, um vasto e significativo conjunto de objetos procedentes do Museu Nacional de Arte Antiga e Museu Nacional do Chiado. São estas coleções muito abrangentes, correspondendo quer às denominadas “artes maiores” (pintura e escultura) como às designadas por “artes decorativas” (ourivesaria, azulejo, mobiliário, talha dourada, têxteis, com um conjunto de paramentaria de elevadíssima qualidade, cerâmica, vidro, metais, etc). Releva-se a excelência da coleção de Livro Antigo e particularmente a de manuscritos, muitos deles iluminados no scriptorium do Convento de Jesus pela escola ali formada nos séculos XV e XVI, na qual se inclui a Crónica da Fundação e Memorial da Infanta Santa Joana, considerada a última grande Crónica Medieval Europeia.

Através da frequente cedência de peças do seu acervo, o Museu de Aveiro vem representando o país nas melhores exposições nacionais e internacionais (casos de Londres, Rimini, Santiago de Compostela, Múrcia, Limoges, Bruges, Newark e Washington), cristalizadas através da edição de catálogos de referência, muitas vezes servindo as suas peças de capa de catálogo (por exemplo, Inventário dos Códices Iluminados até 1500 ou as Actas do Congresso Internacional de Policromia). O seu acervo ilustra diferentes entradas da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira de Cultura e é incontornável a sua integração em todas as grandes obras editadas abordando a arte portuguesa e a arte em Portugal.

O museu integra equipas de projetos de investigação de âmbito nacional, como os desenvolvidos com a Fundação Calouste Gulbenkian (ex: Acervo histórico e documental manuscrito dos séculos XV ao XX do Museu de Aveiro) e a Universidade de Aveiro, e internacional, como o primeiro estudo desenvolvido sobre policromias barrocas - “Projecto Rafael”, estudo da escultura policromada religiosa dos Séculos XVII e XVIII (análise comparativa de técnicas, alterações e conservação em Portugal, Espanha e Bélgica).

O Museu de Aveiro é, portanto, um dos elementos maiores de Aveiro, relevante para polarizar qualquer estratégia de desenvolvimento cultural. Acresce não restarem dúvidas de



que o Museu de Aveiro é também olhado, sentido, interpretado e considerado por todos como um museu que extravasa o âmbito local ou até regional, para assumir uma verdadeira vocação nacional, com projeção internacional.

No momento em que o Museu Grão Vasco, em Viseu, parece ter garantido já a sua integração no restrito número de museus nacionais sítios fora de Lisboa (até hoje, apenas Soares dos Reis, no Porto, e Machado de Castro, em Coimbra), afigura-se de inteira justiça que ao centenário Museu de Aveiro possa vir a ser reconhecida igual distinção, passando a ostentar a denominação de Museu Nacional de Aveiro, em razão do inegável interesse nacional do seu património.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, nomeadamente do disposto na alínea b) do art. 156º da Constituição da República Portuguesa, os/as deputados/as do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República recomenda ao Governo que promova a abertura do procedimento de classificação do actual “Museu de Aveiro” para “Museu Nacional de Aveiro”.

Assembleia da República, 4 de Março de 2015

Os/as Deputados/as,